

BRUNO PERES/AGÊNCIA BRASIL



Flávio tem que contornar vários problemas na sua candidatura

A hora e a vez de Flávio Bolsonaro

Quando foi lançado, em 1946, o crítico literário Antônio Cândido classificou “A Hora e a Vez de Augusto Matraga” como um dos contos mais perfeitos da literatura brasileira. Parte do livro “Sagarana”, trata-se de uma bela reflexão sobre a implacabilidade do destino. E serve bem para ajudar a pensar sobre a hora e a vez do senador Flávio Bolsonaro (RJ) na sua candidatura à Presidência da República, que será oficializada neste sábado em convenção em São Paulo. Flávio chega nessa hora enfrentando diversos problemas, agravados por diversas notícias na véspera. O ministro do Supremo Tribunal Federal André Mendonça autorizou à PF o início das investigações sobre o financiamento do filme Dark Horse, cinebiografia de seu pai, para o qual Flávio pediu dinheiro ao dono do Banco Master, Daniel Vercaro. Partidos com os quais ele contava aliança anunciaram que ficarão neutros.

“Nem que seja a porrete”

Vamos a um brevíssimo resumo do conto de Guimarães Rosa. Augusto é o “filho do coronel”. Ele é “estouvado e sem regra”. Um dia, leva uma surra e quase morre. Recolhido por um casal muito pobre, resolve mudar de vida. Torna-se moderado. Um padre lhe diz que se ele rezar muito e trabalhar, sua hora de entrar no Céu vai chegar. Augusto decide que chegará no Paraíso nem que seja “a porrete”. Mas um dia começa a sentir saudades do seu tempo de valentia. Sua hora acontece num duelo.

DIVULGAÇÃO



A Hora e a Vez de Augusto Matraga virou filme em 1965

Ensaios moderados e radicais

Diga-se que Augusto volta ao duelo por uma causa nobre. O jagundo Joãozinho Bem-bem ameaça por vingança um idoso e sua família. Se Flávio Bolsonaro conseguirá ou não chegar ao Céu da Presidência “nem que seja a porrete”, é o que o tempo dirá a partir da convenção de sábado. Flávio alterna momentos de abandono do estilo moderado e outros de retorno à humildade. Nos últimos dias, atacou as urnas eletrônicas ensaiando uma repetição da estratégia que levou seu pai, Jair Bolsonaro, à inelegibilidade.

Questões ficarão pendentes

Mas Flávio gravou também um vídeo em que pede trégua à sua madrasta, Michelle, num tom mais sereno e humilde. Na noite de quinta (23), Michelle respondeu: “Eu te desculpo”. Sua presença, porém, na convenção, não está prevista. E, se acontecer, será uma surpresa após as desculpas. É bem provável que muitas questões referentes à candidatura e à chapa permaneçam pendentes após a convenção.

Vice

A principal questão pendente é quem será o companheiro, ou companheira, de chapa de Flávio. O candidato do PL quer uma mulher. A principal hipótese nesse caso era a senadora Teresa Cristina (PP-MS). Mas Teresa já informou que não deseja o cargo. Mas diz também que em nenhum momento Flávio lhe fez de fato um convite.

Duas mulheres

Com a desistência de Tereza, o líder do PL na Câmara, Sóstenes Cavalcante compartilhou no seu Whatsapp duas reportagens do jornal Estado de São Paulo falando de outras duas mulheres que agora estariam mais próximas de fazer companhia a Flávio na corrida presidencial. Uma é católica, a outra é evangélica. As duas, [e claro, conservadoras.

Simone e Clarissa

Os nomes cogitados são as deputadas federais Simone Marquetto (MDB-SP) e Clarissa Tércio (PP-PE). Simone é católica, o que poderia vir a agregar um adicional importante a Flávio. As pesquisas mostram que ele perde nesse segmento religioso para Lula. Já Clarissa é evangélica. Mas é nordestina, região onde Flávio enfrenta rejeição.

Coligação

Há, porém, um grande problema em ambas as hipóteses: Simone e Clarissa não são do PL. Para que a chapa fosse formalizada, seria preciso que MDB ou PP formalizassem uma coligação com Flávio. O PP já anunciou oficialmente que ficará neutro nas eleições deste ano. O MDB provavelmente seguirá pelo mesmo caminho.

Daniella

Outro nome que foi cogitado é a ex-presidente da Caixa Daniella Marques, que Flávio cogita ser seu “Posto Ipiranga”, a referência econômica de seu governo. Flávio chegou a apresentar seu programa de políticas para as mulheres ao lado de Daniella. Mas o problema é o mesmo: o Republicanos, partido dela, também anunciou neutralidade.

Única e indivisível

O Código Eleitoral é claro: “o registro de candidatos a Presidente e Vice-Presidente da República será feito em chapa única e indivisível, ainda que resulte de aliança (coligação) de partidos”. Houve um filme sobre o conto de Guimarães Rosa. Com música de Geraldo Vandré. Que dizia: “Terá quem anda comigo sua vez e sua hora”.

TOMAZ SILVA/AGÊNCIA BRASIL



Márcio Elias Rosa: governo não descarta usar a Lei de Reciprocidade

Trump impõe novo tarifaço sobre o Brasil de 12,5%

Alegação agora é falta de combate no país ao trabalho escravo

Por **Rudolfo Lago e Beatriz Matos**

O tarifaço de 25% não foi suficiente. Como já era esperado pelo governo brasileiro, o governo do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, impôs novo tarifaço sobre os produtos brasileiros, agora de 12,5%. O novo motivo alegado é a suposta falta de fiscalização no país sobre trabalho escravo, o que afetaria a competitividade das empresas norte-americanas. Além do Brasil, pelo mesmo motivo os EUA sobretaxaram outros 59 países.

As novas tarifas sobre os países variam de 10% a 12,5 (que será a imposta sobre o Brasil). No caso, então, dos produtos brasileiros, a incidência do tarifaço chegará a 37,5%. As taxas têm origem em investigações diferentes.

O comunicado sobre o novo tarifaço é assinado pelo Escritório do Representante de Comércio dos EUA (USTR), Jameson Greer. No comunicado, ele afirma que os países que adotaram alguma medida para combater o trabalho forçado terão sobretaxa de 10%. Os que nada teriam feito, na visão do governo dos EUA, terão 12,5%. Seria o caso do Brasil.

O ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e

Serviços, Márcio Elias Rosa, reagiu ao anúncio do novo tarifaço. “O governo brasileiro rechaça veementemente a decisão do governo norte-americano de impor em relação a ele próprio e a outros países mais uma tarifa indevida baseada em fatos que não são reais, um fundamento que é indevido, ou seja, mais uma tarifação imposta ao Brasil de maneira indevida, ilegítima, descabida e também ilegal”, disse o ministro.

Elias Rosa lembrou que o Brasil é subscritor de todos os instrumentos da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que combatem o trabalho forçado. Segundo ele, todos os acordos internacionais de comércio do país também levam a questão em conta. Ele citou como exemplo os recentes acordos fechados com a União Europeia e com Singapura.

Diante do novo tarifaço, o ministro subiu o tom sobre a possibilidade de o Brasil vir a usar a Lei da Reciprocidade. Até então, a intenção brasileira era adiar a utilização dessa ferramenta. “O governo brasileiro não pode renunciar a possibilidade de usar o instrumento da reciprocidade. Porque seria abrir mão de um direito que protege a economia brasileira”, afirmou.